

Observatório questiona na Justiça nomeações na Agência Reguladora

MAIS SÃO CAETANO

Observatório questiona na Justiça nomeações na Agência Reguladora

Prefeitura diz que não procede informação de que foram anuladas as designações

ANGELICA RICHTER
angelarichter@igazac.com.br

O Observatório Social Brasil-São Caetano entrou com ação coletiva na Justiça questionando a legalidade das nomeações do presidente e vice-presidente da autarquia Regula São Caetano, bem como a criação de cargos técnicos em comissão sem concurso público, e a utilização da TRF (Taxa de Regulação e Fiscalização) - que, segundo a entidade, configura um imposto disfarçado de taxa.

Por meio de nota, a institui-

ção não governamental chegou a comemorar a anulação das Portarias/DARH-1 42.491, de 9 de janeiro, e 42.500, de 13 de janeiro, que nomeavam Silvia de Campos e Rodrigo Gonçalves Toscano como presidente e vice-presidente, respectivamente, da Regula São Caetano (Agência Reguladora de Serviços Públicos). "A administração municipal reconheceu, ao que tudo indica, as irregularidades apontadas na contratação", diz a nota.

Porém, ao ser questionada sobre a anulação das nomea-

ções por possíveis irregularidades, a Prefeitura informou que "não procede a informação de que foram anuladas as nomeações de presidente e vice-presidente da Agência Reguladora com base de alegações de ilegalidade apontadas pelo Observatório Social de São Caetano".

O Paço afirmou ainda que, conforme publicado ontem no *Diário Oficial do Município*, é necessário um período para que presidente e vice-presidente concluem o processo de criação e implementação da Agência Reguladora de Serviços Públicos, com obtenção de CNPJ, registros comerciais e jurídicos, além suporte financeiro, orga-

mentário e administrativo para garantir o início da agência.

Renato Alisson de Souza, presidente do Conselho Administrativo do Observatório, destacou que foram constatadas diversas irregularidades e, para evitar prejuízos ao patrimônio público, a instituição decidiu entrar na Justiça. "A Prefeitura pode dizer que é para estruturar o CNPJ, entre outros motivos. Porém, fato é que houve uma ação judicial - que, mesmo tendo uma discussão jurídica sobre a legitimidade de objeto, houve uma ação da Prefeitura no sentido de minimizar os danos possíveis do processo", disse.



PREFEITURA. Alega que agência está em processo de criação

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3